

Etec Paulino Botelho

**Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em  
Administração (AMS)**

Isadora Maria de Andrade Zani

**A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO PARA  
MENORES DE IDADE**

ISADORA MARIA DE ANDRADE ZANI

**A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO PARA  
MENORES DE IDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Etec Paulino Botelho como requisito parcial para a obtenção do título de Técnico em Administração.

Orientador: Prof. Jessica Gabriele dos Santos

São Carlos  
2024

## **A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO PARA MENORES DE IDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, apresentado à Etec Paulino Botelho-São Carlos, no Sistema de Ensino Presencial Conectado, como requisito parcial para a obtenção do título de Técnico em Administração, com nota final igual a\_, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

---

Prof. Orientador  
Instituição

---

Prof. Membro 2  
Instituição

---

Prof. Membro 3  
Instituição

São Carlos, 06 de dezembro de 2024

Dedico este trabalho aos meus pais...

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me deu forças para chegar  
ate aqui

A Prof<sup>a</sup> Ana Claudia que me deu apoio

A minha mãe que nunca deixou de estar  
do meu lado

A minha família que sempre me apoiou

ANDRADE, Isadora Maria Zani. **A importância do contrato de trabalho para menores de idade**. 2024. 26. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico em Administração – Etec Paulino Botelho, São Carlos.

## RESUMO

O contrato de trabalho para menores de idade é um instrumento jurídico vital que protege os direitos e promove o desenvolvimento dos jovens no mercado de trabalho. A legislação brasileira assegura a inserção protegida dos menores com direitos garantidos e condições adequadas. O contrato de aprendizagem é uma ferramenta chave, combinando formação prática e teórica, proporcionando uma jornada reduzida, atividades focadas no aprendizado e benefícios trabalhistas e previdenciários, prevenindo exploração e condições insalubres. Além de combater o trabalho infantil, a formalização do trabalho para menores promove inclusão social e igualdade de oportunidades, especialmente para jovens de baixa renda, e combate a desigualdade.

No entanto, existem desafios como a falta de fiscalização, informalidade e desconhecimento dos direitos. Um esforço conjunto de empresas, escolas, ONGs e governo é essencial para superar esses obstáculos. As empresas devem adotar práticas responsáveis, as escolas e ONGs devem orientar e capacitar os jovens, e o governo deve ampliar programas de aprendizagem e reforçar a fiscalização. Muitos jovens iniciam suas experiências profissionais entre 15 e 18 anos, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e financeiro. É crucial equilibrar trabalho e estudos para evitar o abandono escolar.

Programas de apoio, como o Auxílio Pé de Meia, são fundamentais, mas devem ser acessíveis e promover igualdade de oportunidades sem gerar dependência. Em resumo, o contrato de trabalho para menores é essencial para um ambiente de trabalho seguro, justo e propício ao desenvolvimento dos jovens, com a colaboração de toda a sociedade e um esforço contínuo na fiscalização e educação sobre os direitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Contrato de trabalho. Menores de idade. Contrato de aprendizagem. Auxílio Pé de Meia. Trabalho infantil.

ANDRADE, Isadora Maria Zani. **The importance of the employment contract for minors**. 2024. 26. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico em Administração – Etec Paulino Botelho, São Carlos, 2024.

## ABSTRACT

The employment contract for minors is a crucial legal instrument that protects the rights and promotes the development of young people in the job market. Brazilian legislation ensures the protected insertion of minors with guaranteed rights and adequate conditions. The apprenticeship contract is a key tool, combining practical and theoretical training, providing reduced working hours, learning-focused activities, and labor and social security benefits, preventing exploitation and unhealthy conditions. In addition to combating child labor, the formalization of work for minors promotes social inclusion and equal opportunities, especially for low-income youth, and combats inequality.

However, there are challenges such as lack of oversight, informality, and lack of awareness of rights. A joint effort by companies, schools, NGOs, and the government is essential to overcome these obstacles. Companies must adopt responsible practices, schools and NGOs must guide and train young people, and the government must expand apprenticeship programs and reinforce oversight. Many young people start their professional experiences between the ages of 15 and 18, contributing to their personal and financial development. It is crucial to balance work and studies to avoid school dropouts.

Support programs, such as the Auxílio Pé de Meia, are fundamental but must be accessible and promote equal opportunities without creating dependency. In summary, the employment contract for minors is essential for a safe, fair, and conducive work environment for the development of young people, with the collaboration of society as a whole and a continuous effort in oversight and education about labor rights.

**Key-words:** Employment contract. Minors. Learning contract. Auxílio Pé de Meia. Child labor.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Proteção contra o trabalho infantil</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1 Impactos sociais e econômicos</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1.1 Desafios e lacuna</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1.1.1 Papel da sociedade e instituições</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1.1.2 Faixa etária</b>	
<b>2.1.1.1.3 O impacto do trabalho em saúde mental</b>	
<b>2.1.1.1.4</b>	<b>15</b>
<b>3 CONCLUSÃO</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>19</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>20</b>
<b>APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa Utilizado na Coleta de Dados</b>	<b>21</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO A – Título do Anexo</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O contrato de trabalho é uma ferramenta fundamental na relação entre a empresa e seus funcionários, delineando respeito, responsabilidade, direitos e deveres de ambas as partes. Voltando para o público menor de idade, o contrato de trabalho assume uma importância maior pois estão em uma fase crucial do seu desenvolvimento pessoal e profissional

Os menores de idade constituem um grupo vulnerável no mercado de trabalho devido à sua inexperiência e à necessidade de proteção especial devido à sua idade. É crucial compreender como o contrato de trabalho pode oferecer um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento pessoal e profissional desses jovens, equilibrando a necessidade de ganhar experiência com a proteção de seus direitos fundamentais.

O trabalho dos menores de idade tem impactos significativos tanto na economia quanto na sociedade em geral. Compreender como o contrato de trabalho influencia a participação desses jovens no mercado de trabalho pode fornecer insights sobre como promover um desenvolvimento econômico sustentável e uma sociedade mais justa e inclusiva.

Oferecendo para o jovem uma preparação do que irá enfrentar em oportunidades futuras e com maiores responsabilidades

Tendo como objetivo, analisar o papel do contrato de trabalho na proteção dos direitos dos menores de idade, explorar a contribuição do contrato de trabalho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos menores de idade, examinar as regulamentações legais e políticas públicas relacionadas ao trabalho dos menores de idade, identificar desafios e oportunidades na aplicação dos contratos de trabalho para os menores de idade, Propor recomendações para aprimorar a eficácia do contrato de trabalho como instrumento de proteção e desenvolvimento para os menores de idade.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A legislação brasileira é rigorosa quanto ao trabalho de menores de idade, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que elevou o nível de proteção à infância e à adolescência. De acordo com o Art. 7º, XXXIII, é proibido o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. A Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000) regulamenta essa forma de inserção laboral, exigindo um contrato de aprendizagem que combina atividades práticas com formação teórica.

**Contrato de Aprendizagem:** Esse instrumento é obrigatório para a contratação de aprendizes, garantindo direitos como salário mínimo-hora, jornada reduzida e atividades voltadas ao aprendizado.

**Garantia de Direitos:** O contrato assegura benefícios trabalhistas e previdenciários, prevenindo exploração e trabalho em condições insalubres ou perigosas.

### 1.1 PROTEÇÃO CONTRA O TRABALHO INFANTIL

O contrato de trabalho contribui significativamente para o combate ao trabalho infantil. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham em situações precárias.

**Formalização como Instrumento de Proteção:** Ao exigir um contrato formal, as empresas são obrigadas a seguir regras claras, como jornada limitada e atividades compatíveis com a idade.

**Papel do Ministério Público do Trabalho (MPT):** O MPT atua na fiscalização de contratos e na garantia de que os menores contratados não sejam expostos a condições inadequadas.

#### 1.1.1 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

O contrato de trabalho para menores é mais do que um instrumento jurídico; ele tem repercussões sociais e econômicas significativas:

**Redução da Desigualdade:** Ao proporcionar acesso ao mercado de trabalho formal, os contratos de aprendizagem promovem inclusão e oportunidades para jovens de baixa renda.

**Desenvolvimento Profissional:** Programas como o Jovem Aprendiz permitem que os jovens adquiram experiência prática, aumentando suas chances de empregabilidade futura.

**Contribuição à Educação:** A combinação de trabalho e estudo incentiva a continuidade educacional, já que a legislação exige matrícula e frequência escolar para a contratação de menores.

##### 1.1.1.1 DESAFIOS E LACUNAS

###### 1.1.1.1.1 O PAPEL DA SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES

A promoção e o cumprimento do contrato de trabalho para menores dependem de um esforço conjunto:

**Empresas:** Devem adotar práticas responsáveis, cumprindo a legislação e promovendo a formação dos jovens.

**Escolas e Organizações Não Governamentais (ONGs):** Podem atuar na orientação e capacitação dos jovens sobre os direitos e deveres trabalhistas.

**Governo:** Precisa ampliar programas de aprendizagem e reforçar a fiscalização para garantir o cumprimento das leis.

#### 2.1.1.1.1.1 FAIXA ETÁRIA

A pesquisa mostra que 75% das pessoas começaram a trabalhar na faixa etária de idade entre 15 a 18 anos e não se arrependem de ter começado a trabalhar cedo, pois conseguiram criar mais maturidade e responsabilidade na vida pessoal e financeira.

16,7% mostra as pessoas que ingressaram no contrato de trabalho na faixa etária de 19 anos para cima, assim, demonstrando o arrependimento de não terem começado essa experiência antes.

#### 2.1.1.1.1.2 O IMPACTO DO TRABALHO EM SAÚDE MENTAL

A pesquisa revelou que 75,4% dos participantes eram mulheres, com idade média de 33,7 anos (DP = 9), e 15,8% apresentaram transtornos psiquiátricos menores. A satisfação global com o trabalho foi mediana (escore 3,59; DP = 0,485), e o impacto global foi considerado pequeno (escore 1,85; DP = 0,536). A qualidade de vida dos participantes apresentou prejuízos em dor, estado geral de saúde e vitalidade. A conclusão é que, apesar da satisfação em relação aos serviços e ao trabalho em equipe, a satisfação geral foi mais baixa devido às condições de trabalho. Os profissionais de terapia ocupacional e serviço social apresentaram maiores escores na subescala de impacto emocional e uma maior incidência de transtornos psiquiátricos menores. Além disso, profissionais que trabalham mais de 20 horas semanais relataram prejuízos na qualidade de vida.

#### 2.1.1.1.1.3 AJUDA DO ADOLESCENTE COM DESPESAS DA FAMÍLIA E CONQUISTAR A SUA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

“Para colaborar com a renda da família”; “Necessidades”; “Para ajudar em casa e comprar minhas coisas.”; “Comecei a trabalhar por conta própria, para começar a entender como funcionava o mercado de trabalho e para começar um planejamento financeiro”; “Para ser independente e comprar as minhas coisas sem depender dos meus pais” Essas respostas foram as mais frequentes para a pergunta “porque você começou a trabalhar cedo?”.

A maioria dos adolescentes vivenciam o sofrimento dos pais pela baixa renda familiar e se comovem com a falta de dinheiro e tomam a decisão de começar a trabalhar para ajudar nas despesas de casa, como pagar uma conta, ajudar com o VA/VR (Vale-alimentação/refeição) ou até mesmo ter o próprio dinheiro para comprar as coisas que sentem vontade, pagar o passe de ônibus e aliviar os pais com gastos a menos.

#### 2.1.1.1.1.4 ESTUDOS E TRABALHO

Pesquisas apontam que a necessidade de trabalhar foi uma das justificativas

para abandonar os estudos, dos quase 50 milhões de jovens de 14 a 29 anos do País, aproximadamente 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica. São 10,1 milhões nessa situação, entre os quais 58,3% são homens e 41,7% mulheres. Destes, 71,7% eram pretos ou pardos e 27,3% eram brancos.

Precisar trabalhar foi o motivo apontado por metade dos homens nessa faixa de idade para terem abandonado os estudos ou nunca frequentado a escola, e a falta de interesse a justificativa de 33,0%. A inexistência de escola, vaga ou turno desejado na localidade foi a razão de 2,7% e apenas 0,7% alegaram afazeres domésticos para ausência à escola. Já entre as mulheres, a falta de interesse ser a principal razão (24,1%) fica bem próxima da necessidade de trabalhar e da gravidez (ambas com 23,8%), seguidas por afazeres domésticos (11,5%).

A falta de desinteresse nos estudos foi uma justificativa bem utilizada entre os jovens, quando há necessidades e interesse para o adolescente trabalhar e estudar para ter um futuro melhor e bem planejado o adolescente se dedica o máximo para conciliar o estudo e trabalho e não atrapalhar o desenvolvimento em nenhuma atividade.

#### 2.1.1.1.1.5 AUXÍLIO PÉ DE MEIA

O auxílio foi criado em 2024 pelo governo como um incentivo para os adolescentes não largarem os estudos para trabalhar, disponibilizando R\$ 200,00 por mês para os estudantes do ensino médio que recebem bolsa família e que obtêm 75% de frequência nas aulas

“Não sou a favor de programas que privilegie só algumas pessoas. Precisamos ter igualdade em todos os âmbitos. Não sou conhecedor do programa, mas penso que tem q ser pra todos. E pelo que sei é só para baixa rendas. Sem dizer que estudo e instrução é direito e dever de todos adolescentes e jovens.; “Tenho uma opinião positiva, por mais que seja interessante ter experiência trabalhando, não é uma obrigação. Menores de idade estão na escola antes dos 18 e é mais importante, na minha opinião, incentivar o estudo.” A opinião da população é bem balanceada entre ser e não ser a favor do auxílio, pois os adolescentes se dedicam nos estudos e se atentam a não faltar e nem largar os estudos para trabalhar, apesar, o que é mais importante sempre é os estudos. Porém, pode acabar deixando os jovens mal acostumados para o futuro tendo tudo “na mão” e não tendo um consentimento da responsabilidade financeira.

Segue abaixo um exemplo de apresentação de um gráfico.

### COM QUANTOS ANOS COMEÇOU A TRABALHAR?

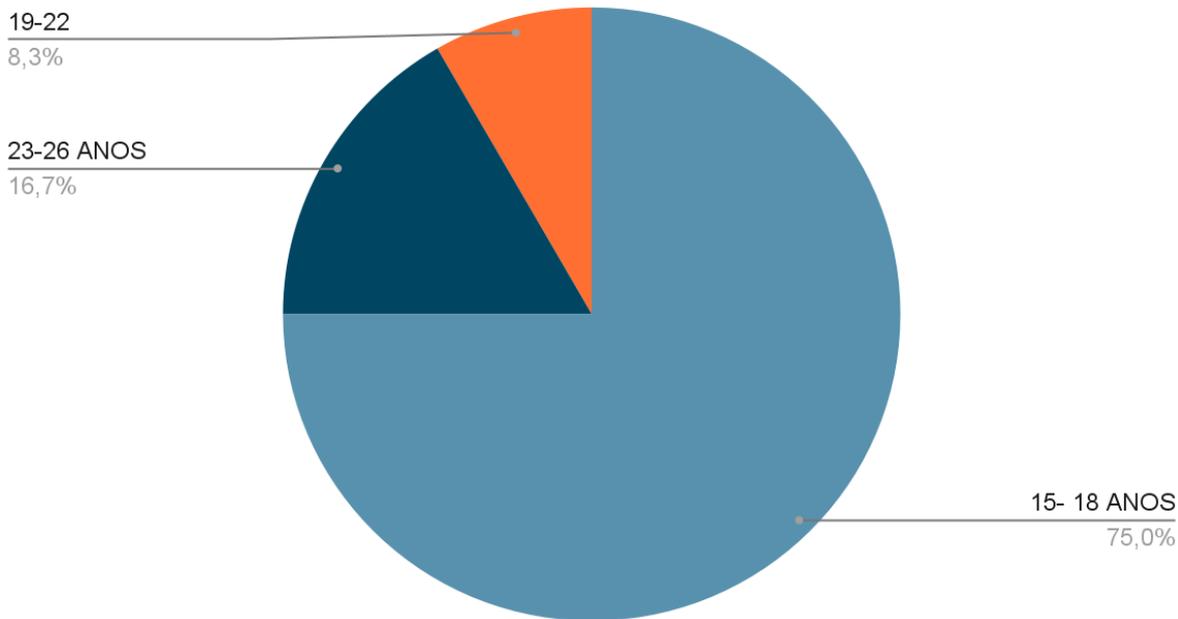


Gráfico 1 – Faixa Etária  
Fonte: Formulário

É importante observar que, dentre as pessoas pesquisadas a maioria começou a trabalhar entre 15 e 18 anos

### FOI BOM COMEÇAR A TRABALHAR NESSA IDADE? (15-18 ANOS)

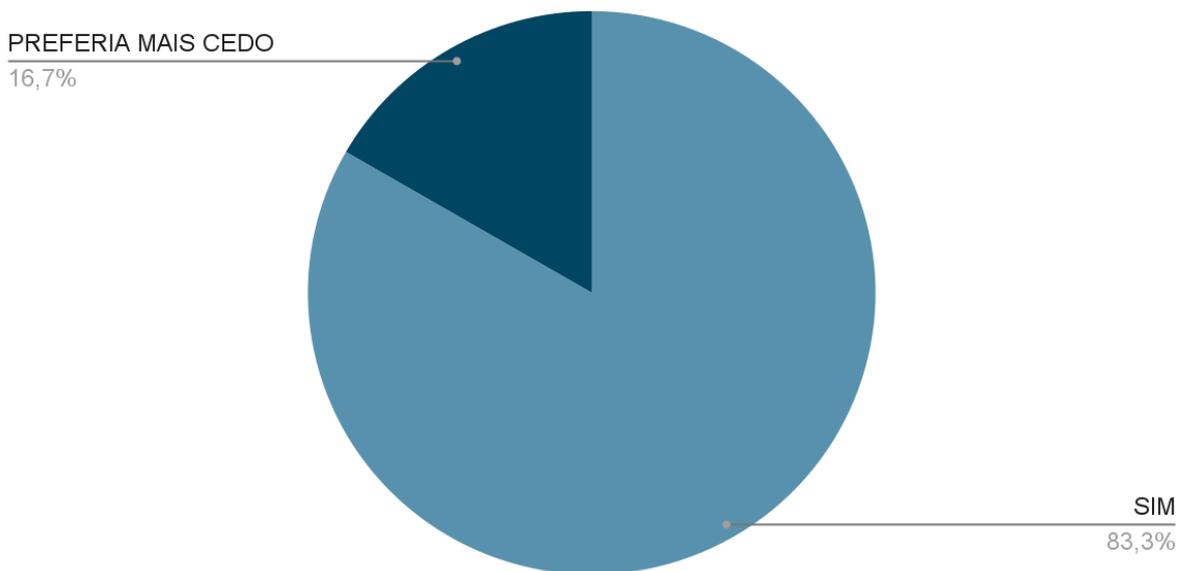


Gráfico 2: Foi bom trabalhar cedo?  
Fonte: Formulário

É importante observar que, dentre as pessoas pesquisadas a maioria começou a achar bom ter começado a trabalhar cedo

### ABANDONO ESCOLAR

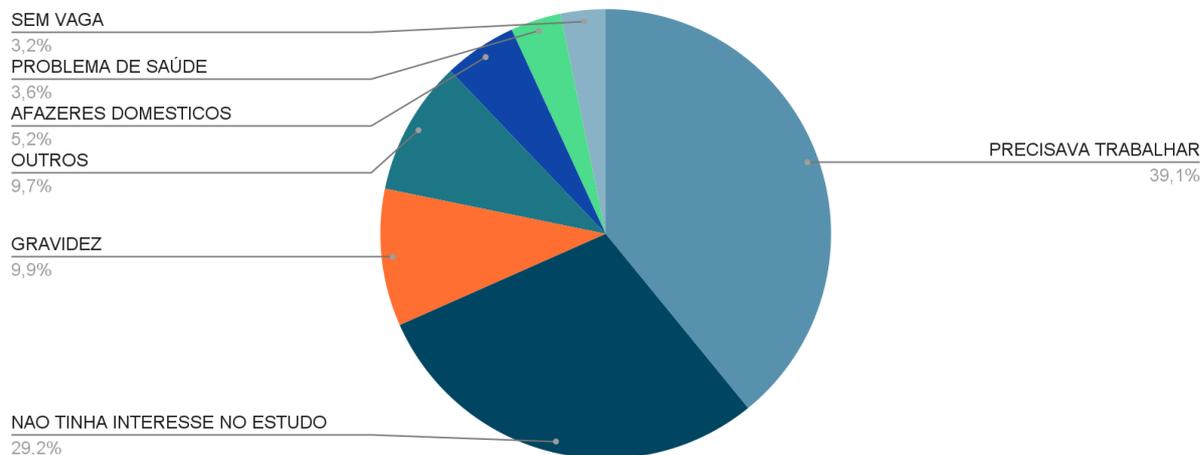


Gráfico 3: Abandono Escolar  
Fonte: Agências de notícias IBGE

É importante observar que, dentre as pessoas pesquisadas a maioria abandonou os estudos para começar a trabalhar

### 3.CONCLUSÃO

Ao analisar a importância do contrato de trabalho para menores de idade, fica evidente que esse instrumento jurídico desempenha um papel crucial na proteção dos direitos e no desenvolvimento desses jovens. A legislação brasileira, através de normas rigorosas e específicas, visa assegurar que os menores sejam inseridos no mercado de trabalho de maneira protegida, com direitos garantidos e sob condições adequadas.

O contrato de aprendizagem emerge como uma ferramenta fundamental para proporcionar aos jovens não apenas uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, mas também uma combinação de formação prática e teórica que contribui para seu crescimento pessoal e profissional. Este tipo de contrato assegura uma série de direitos, como jornada reduzida, atividades voltadas ao aprendizado, e benefícios trabalhistas e previdenciários, prevenindo exploração e trabalho em condições insalubres ou perigosas.

Além disso, a formalização do trabalho para menores atua como um mecanismo de combate ao trabalho infantil, estabelecendo regras claras para as empresas e envolvendo órgãos como o Ministério Público do Trabalho (MPT) na fiscalização e garantia do cumprimento dessas normas. Essa formalização promove a inclusão social e a igualdade de oportunidades, especialmente para jovens de baixa renda, reduzindo a desigualdade e fomentando um desenvolvimento mais justo e sustentável.

No entanto, a implementação dos contratos de trabalho para menores enfrenta desafios significativos. A falta de fiscalização adequada, a informalidade ainda

presente no mercado e o desconhecimento dos direitos tanto por parte dos jovens quanto de suas famílias são obstáculos que precisam ser superados. Para isso, é essencial um esforço conjunto entre empresas, escolas, ONGs e governo. As empresas devem adotar práticas responsáveis, as escolas e ONGs podem atuar na orientação e capacitação dos jovens, e o governo deve ampliar programas de aprendizagem e reforçar a fiscalização.

A pesquisa revela que muitos jovens iniciam suas experiências profissionais na faixa etária de 15 a 18 anos, e essa vivência precoce no mercado de trabalho contribui para o desenvolvimento de maturidade e responsabilidade pessoal e financeira. Contudo, é necessário equilibrar as atividades laborais com a continuidade dos estudos, evitando que a necessidade de trabalhar leve ao abandono escolar.

Programas de apoio, como o Auxílio Pé de Meia, criado para incentivar os adolescentes a não abandonarem os estudos, são exemplos de políticas que podem fazer a diferença na vida desses jovens. No entanto, é importante que esses programas sejam acessíveis a todos, promovendo igualdade de oportunidades e não criando dependência ou desmotivação.

Em resumo, o contrato de trabalho para menores de idade é uma ferramenta essencial para garantir um ambiente de trabalho seguro, justo e propício ao desenvolvimento dos jovens. Com a colaboração de toda a sociedade e um esforço contínuo na fiscalização e na educação sobre os direitos trabalhistas, é possível transformar essas oportunidades em verdadeiros instrumentos de cidadania e desenvolvimento social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório Global sobre o Trabalho Infantil, 2023.

Ministério Público do Trabalho. Cartilha do Jovem Aprendiz, 2022.

CRELIER, Cristiane. **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos de abandono escolar.** Estatísticas sociais. 15 de Julho de 2020

ARTIGOS ORIGINAIS. **O impacto do trabalho em saúde mental: transtornos psiquiátricos menores, qualidade de vida e satisfação profissional.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2008.